

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2004

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa não anotada, Revisão de 1997 ou Revisão de 2001.
- Esta prova é constituída por 4 grupos:
 - Grupo I, constituído por 5 itens, dos quais só deverá responder a 4;
 - Grupo II, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo III, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo IV, constituído por 2 temas em opção.
- Nos Grupos I e IV, dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens e temas.
- Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, este deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

I

Neste Grupo, após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só as quatro primeiras respostas serão classificadas.

«Poder-se-á caracterizar o direito positivo, parte nuclear da ordem jurídica, como um conjunto de normas necessárias à convivência humana que se inspiram e fundamentam na ideia de justiça e têm na coercibilidade uma importante condição de eficácia.»

Santos Justo, *Introdução ao Estudo do Direito*,
Coimbra Editora, 2001

1. A ordem jurídica é uma ordem social normativa.
Refira a importância da existência da ordem jurídica.
2. A coercibilidade é uma condição de eficácia das normas jurídicas.
Diga em que consiste a coercibilidade.
3. A criação de normas jurídicas é um dos meios utilizados pelo Estado para realizar os seus fins.
Indique os fins do Estado.
4. As normas jurídicas podem revestir a forma de decreto-lei.
Defina decreto-lei.
5. Leis e decretos-leis devem respeitar a Constituição.
Diga o que se entende por inconstitucionalidade material.

Neste grupo, todos os itens são de resposta obrigatória.

II

Uma técnica de *marketing* está a transformar inocentes utilizadores da *internet* em transmissores involuntários de postais electrónicos e de outras mensagens, sem que tenham conhecimento e consciência desse facto. A técnica não é propriamente nova e tem sido usada como forma de *marketing* viral, muito agressiva, que roça o limiar das leis e aproveita muitas vezes as lacunas destas para recorrer a técnicas de outra forma interditas, dificultando, assim, a actuação dos tribunais.

Vidas, *Expresso*, n.º 1566, 02.11.2001 (adaptado)

1. O uso de certas técnicas de *marketing* pode dificultar a actuação dos tribunais.
Diga em que consiste a função jurisdicional exercida pelos tribunais.
2. A forma de *marketing* referida no texto aproveita a existência de lacunas da lei.
Explique duas das razões que podem estar na origem das lacunas da lei.
3. O acesso à *internet* abre as portas ao conhecimento, dando origem a novas situações e suscitando novos problemas.
Relacione o Direito com os desafios que o recurso às novas tecnologias pode suscitar.

Neste grupo, todos os itens são de resposta obrigatória.

III

Leia com atenção o seguinte artigo do Código Civil:

Art. 627.º

1. *O fiador garante a satisfação do direito de crédito, ficando pessoalmente obrigado perante o credor.*
2. *A obrigação do fiador é acessória da que recai sobre o principal devedor.*

Atendendo ao disposto no artigo acima transcrito, considere a seguinte situação:

Paulo, advogado, sem qualquer património pessoal, celebrou com Maria um contrato de arrendamento relativo a um andar pertencente a esta, para aí instalar um escritório, mediante o pagamento de uma renda mensal de 500 Euros, tendo apresentado como fiador o seu padrinho.

1. O arrendamento é um contrato.
Indique três requisitos gerais da validade dos contratos.
2. O arrendamento é um negócio jurídico bilateral e oneroso.
Explique estas duas características dos negócios jurídicos.
3. **Justifique**, com base no artigo transcrito, a responsabilidade que recai sobre o padrinho de Paulo.

IV

Este Grupo é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

«A dignidade da pessoa humana implica que a cada homem sejam atribuídos direitos, por ela justificados e impostos, que assegurem essa dignidade na vida social. Esses direitos devem representar um mínimo que crie o espaço no qual cada homem poderá desenvolver a sua personalidade. Mas devem representar também um máximo, pela intensidade da tutela que recebem.»

José de Oliveira Ascensão, *Direito Civil e Teoria Geral*,
Vol. I, Coimbra Editora, 1997

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- a personalidade jurídica, fundamento do reconhecimento dos Direitos Humanos;
- o papel da Constituição da República Portuguesa na defesa dos Direitos Humanos fundamentais.

TEMA B

Art. 266.º da Constituição da República Portuguesa

- 1. A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.*
- 2. Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé.*

Analise este artigo da C.R.P., relacionando-o com os seguintes aspectos:

- as características do Estado de Direito;
- a realização dos Direitos Humanos fundamentais como manifestação do valor da Segurança.

FIM

V.S.F.F.

129/5

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 × 15 pontos)	<u>60 pontos</u>

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<u>55 pontos</u>

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<u>55 pontos</u>

IV

Tema A ou B	30 pontos
	<u>30 pontos</u>

TOTAL 200 pontos